vinculado. Mas todos são para o FMH. Sr. Rosalvo - É obra já licitada, é associação já escolhida, que demanda é essa? Vão se comprar os terrenos para que demanda? Sr. Gilmar - O FUNDURB tem um valor para aquisição de terreno. Obrigatoriamente por lei tem que haver aquisição de terreno oriunda da lei. Temos que fazer aquisição de terrenos. O que foi feito por SEHAB nesse momento foi o esforço de saber o que era prioritário, que a gestão anterior deixou, para que avançássemos e foi colocado. Isso já estava sendo discutido na gestão Fernando Haddad naturalmente. Tivemos só que assumir o que estava sendo discutido. Não existe nenhum fato novo em termos de investimento aqui. Trabalharemos o investimento para o orçamento de 2018, conforme a nossa marca. Mas agora herdamos o que já estava estabelecido pela gestão anterior para agora. Só vamos empenhar o orçamento que foi dado e essas rubricas já estavam estabelecidas. Sr. Edson - No caso da COHAB, temos coisas aqui que foram provisionadas pelo FUNDURB, que têm entidade. Forte do Rio Branco tem entidade. Comandante Taylor não tem, que é aquisição do terreno da Petrobrás. Há coisas que têm vínculo com entidade e coisas que não têm. Sr. Manoel - Só queria ter um esclarecimento sobre a questão da urbanização de favelas que estão elencadas aqui. Estou entendendo que vai ser trabalhado só em cima dessas favelas este ano. Não há outras favelas elencadas nesse patamar aqui? Sr. Gilmar - Não é isso. No que está vinculado, o que SEHAB já está trabalhando em urbanização de favelas, que já estava investido desde a gestão passada, vamos continuar. Foram apresentadas inclusive várias obras em que estamos trabalhando. No site do FMH, temos distribuídos exatamente todos os investimentos que temos para urbanização de favelas, que é o Fundo Municipal de Saneamento e Infraestrutura. O que colocamos aqui são os investimentos para a Ponte dos Remédios, Viela da Paz, Paraisópolis (3ª etapa), Heliópolis H/Sabesp 2, Sapé B, Córrego da Mina, Lidiane e Bamburral. (A Sra. Cristina Pimenta faz a apresentação referente ao orçamento da COHAB). Sr. Manoel - Quando se fala de obra em recuperação, queria entender uma questão: essas áreas aqui, como fica a questão dos alojamentos? Porque há muitas áreas de favelas em que foram construídos alojamentos pela COHAB e até hoje o pessoal está nos alojamentos. Não sei se isso está incluído nessa questão aqui. Alojamentos que faz dez, doze, quinze anos e não há nenhuma projeção, não se sabe se vão construir unidades, se as famílias vão passar para um lugar definitivo. Sra. Cristina - Hoje temos dois alojamentos sob nossa gestão: Jacaraípe e São Carlos. O Jacaraípe, estamos em fase de finalização de algumas manutenções que fizemos lá. Na verdade, é um terreno que não é nosso. É da prefeitura. E as pessoas estão na lista de demanda para o FMH. Não estão nesse orçamento da COHAB. Sr. Manoel - Sobre o Jacaraípe, acompanho a obra lá. Estamos chegando ao final mesmo. Mas temos lá, ao lado, um terreno que é da COHAB que foi herdado da gestão passada, e essas famílias que saíram do alojamento para fazer a melhoria na favela estão aguardando o retorno desse processo desse terreno para saber se vão ser construídas unidades habitacionais para essas famílias. Sra. Edinalva - Em relação à 7 de Abril, 351-365, esse prédio foi ocupado pelo Movimento de Moradia para Todos na gestão ainda do governo passado. Houve um acordo onde há documentos de que as famílias sairiam de lá, que o prédio iria ser desapropriado porque havia um decreto de interesse social, e esse prédio voltaria para as famílias que estavam cadastradas pela prefeitura. E aqui está escrito que já tem um convênio para reformar o prédio. Se manterá a lista que a prefeitura fez das famílias ou são famílias novas? Isso vai ter que ser discutido em algum lugar, porque as famílias que estavam lá não vão aceitar que coloquem outras famílias. Em uma reunião passada que houve aqui, eu já havia pedido para marcarmos uma reunião para discutirmos isso. Deixei meu cartão e ninguém até hoje me deu retorno. Quero que fique registrado isso porque é a segunda vez que estou dizendo. Não foi chamado ninguém para conversar e todas as famílias estão cadastradas. Sr. Edson - Marcamos a reunião. Não há problema algum. A questão do movimento, se tiver compromisso, não há problema algum: o compromisso será cumprido. Queria colocar aos senhores o esforço que a Diretoria da COHAB está tendo no sentido de capitalizar a empresa, com a orientação e a direção da Secretaria de Habitação. Primeiro porque o nosso objetivo é ao longo do tempo fazer com que a COHAB deixe de ser uma empresa dependente. O grande objetivo da Diretoria da COHAB é fazer com que ela readquira exatamente a sua capacidade de ser uma empresa que vai procurar organizar junto, evidentemente, e à luz da Secretaria de Habitação, toda a política de fomento habitacional da cidade. Estamos contando com um apoio extremamente importante da Caixa Econômica Federal, inclusive, discutindo a possibilidade eventual de que a COHAB possa vir a ser a operadora da Caixa na Cidade de São Paulo, o que seria outra conquista extremamente importante. Agora, para fazer isso, estamos tendo que tomar medidas extremamente importantes. O Hélio, que é nosso Diretor Financeiro aqui, estamos fazendo um trabalho hercúleo, gigantesco de recuperar a carteira da COHAB. Ninguém paga as prestações dos apartamentos da COHAB, ninguém paga! Então, estamos fazendo um esforço de renegociação de contrato e o que temos percebido nesses quatro primeiros meses é que as pessoas querem sim renegociar seus contratos, legalizar sua situação. O Diretor de Patrimônio, o Pacheco, que já foi Presidente da CDHU, fizemos um plano de desmobilização de áreas da COHAB que não têm como ser utilizadas para produção de habitação de interesse social, e estamos tentando dar algum destino para isso, para que possamos capitalizar a empresa e ela tenha efetivamente maiores condições de voltar a investir na produção de habitação na cidade e para que não dependamos de um orçamento como esse que está aqui. E acho que estamos conseguindo inclusive, com um esforço muito grande junto ao Ministério das Cidades, e com um apoio muito forte da Caixa Econômica, discutir os programas que aqui já se mostraram serem programas exitosos, como o de Locação Social, para que possamos ter o apoio do governo federal nesse tipo de programa. Nosso objetivo é um pouco tentar ver se para o próximo orçamento conseguimos construir alguma coisa um pouco mais ousada, um pouco mais realizadora para cumprir metas que condigam e que respondam ao déficit habitacional que temos na cidade hoje. Sra. Maria Almeida – Sou uma das moradoras do Conjunto Habitacional do Jd. Celeste, e moramos lá há quase vinte anos. Foi construído por mutirão e o desespero dos moradores era que várias pessoas estavam indo embora dessa terra e não tinha casa nem para ele, nem para o filho e nem para ninguém. E graças a este Conselho aqui, foi negociado. Temos no nosso conjunto ainda algumas pendências que a COHAB tem que tomar providências para realizar, assim como no Heliópolis. Espero que de fato os senhores consigam uma maneira de resolver essas pendências porque as pessoas não querem morar sem pagar. Sr. Rosalvo - É fundamental que a COHAB se capacite e seria fantástico se ela realmente fosse a operadora da Caixa em São Paulo. Mas eu queria discutir com relação a critérios. Temos sem dúvida um passivo que está colocado, compromissos da gestão anterior assumidos com algumas organizações do movimento popular. Quando se passa um movimento popular na frente, se passa na frente de outro movimento popular. Na gestão passada, não quero polemizar, mas havia movimentos amigos e movimentos adversários. É preciso estabelecer critérios e não ser mais essa situação de que eu determino que eu vou ser o primeiro a ser atendido porque corro lá, invado um prédio, e depois aquele prédio vai ser desocupado, fazemos um acordo, desocupamos o prédio, e se garante para mim e não para outros. Já houve inclusive uma resolução deste Conselho de que quem invadia ficava fora do atendimento. E depois uma nova gestão derrubou essa resolução. Estou disposto a pedir que essa resolução venha, para estabelecermos regras urbanas de convivência entre os movimentos, porque, senão, começamos a colocar um grupo contra o outro. Então, o critério precisa ser claro, transparente, e que todos sejam obrigados a obedecer esse critério. Sra. Juliana - A questão dos critérios é importante porque estamos numa dinâmica não só municipal, mas uma dinâmica do contexto mesmo mais abrangente, de que não resta outra saída para outras famílias senão fazer ocupação. E isso, vemos em várias esferas, inclusive na criação do GAORP, que era para ser um espaço de mediação dentro do Tribunal de Justiça, que era para alcançar alguma alternativa, construir isso de forma institucional e definitiva e onde a única alternativa que é colocada para as famílias é a desocupação em alguns dias para não apanhar da polícia. Então, criar critérios é importante porque nesse contexto de intensificação de conflitos o que acaba acontecendo é que aparece de tudo. De forma alguma me manifesto no sentido de criminalizar movimento, porque existe uma história de luta para a construção de política pública habitacional, mas acaba acontecendo de ocupar imóvel que já estava destinado para Locação Social. Precisamos de fato estabelecer alguns critérios, mas com a observação de que tudo que criamos dentro da política pública tem que ser de forma participativa, tem que ser discutido e tem que partir de uma realidade de desigualdade e de exclusão. Minha fala não é no sentido de tentar contrapor o que o Conselheiro Rosalvo está colocando, mas de salientar que precisamos tomar um pouco de cuidado na criminalização dos movimentos e que as ocupações têm um papel importante que é: se não acontecem, às vezes, não vem à público a situação de um imóvel. Porque às vezes o Estado não vê quem de fato cumpre com a legislação urbanística na cidade. Acho que tivemos um passo importante de fazermos as notificações, e isso, espero que essa gestão fortaleça: a mesma fiscalização do cumprimento da legislação em relação às propriedades urbanas. Sra. Carmen - Este Conselho tem um papel fundamental que é de uma construção de uma política habitacional para a Cidade de São Paulo. Existem movimentos e movimentos. Há pessoas que têm o cunho de invadir de fato, mas que não é com o cunho social, que têm outros propósitos. Peço cautela a este Conselho, ao mencionar uma pauta dessa, que são critérios, porque direitos não têm fila. Temos problemas com o déficit habitacional muito grande na Cidade de São Paulo. É uma cidade que independente do partido político pautou uma exclusão muito grande ao trabalhador de menor renda. Temos pessoas que estão com sessenta, setenta, oitenta, noventa anos e que essa cidade nunca teve uma preocupação de perguntar como sobrevivem, onde dormem, onde habitam. O diálogo é tudo. Temos que de fato fazer gestão. E nosso papel aqui é de fato fazer com que essa gestão que aqui está agora, no momento, compreenda a cidade. Direito não tem fila! É desumano ser humano que nasceu e não tem direito a uma moradia digna! Sr. Rosalvo - Também não quero criminalizar movimento popular. Ao atender movimento organizado, precisa sim termos aqui alguns critérios de atuação. É importante estabelecê-los para podermos trabalhar e termos uma convivência independente das posições ideológicas de um movimento e de outro. Agora, hoje, estamos vivendo, no movimento popular de habitação, uma realidade em que o crime organizado está penetrando, está fazendo ocupações e vendendo rapidamente. O pessoal vai lá, ocupa um espaço, vende rapidamente, troca por geladeira, por carro, por fogão, sai e deixa lá as famílias, sabendo que era uma ocupação ilegal, mas, por conta da necessidade, da premência, entram lá e fica o problema. E às vezes movimentos organizados, que consideramos sérios, são companheiros, ocupam uma área e não conseguem impedir que o crime organizado entre lá. Pouco tempo depois, os companheiros perderam a direção daquilo. Os critérios têm que ser colocados. Sr. Fernando Cera – Na apresentação feita, vamos ver que consta do atendimento lá o aporte para o Nossa Senhora Aparecida. Assinamos o aporte na quarta-feira de um projeto que ainda é do Crédito Solidário, assinado desde 2008. Quando finalmente se conseguiu a viabilidade financeira tivemos a ocupação dele por um outro movimento na sexta-feira, dois dias depois. Hoje saiu a reintegração de posse. Mas hoje o orçamento que teríamos ali provavelmente não viabiliza mais a conclusão do empreendimento. Então, isso está na nossa agenda. Ontem eu estava com a Conselheira Verônica no Lageado, que também teve ocupação. Ela está gastando de segurança R$40 mil por mês. Hoje de manhã eu estava no batalhão em Sapopemba por conta de uma ocupação também do empreendimento Atibaia. Isso vai trazer um ônus financeiro para o empreendimento porque a medida que se faz a ocupação do empreendimento, vai ter que se fazer um novo orçamento, buscar o recurso, e esse recurso vai impedir que pudéssemos aplicar em mais unidades habitacionais. Então, esse é um assunto que de fato tem que entrar na pauta para discutirmos. Sra. Verônica - Só quero relembrar que foi formado um GT para discussão da demanda do Asdrúbal do Nascimento. E eu fui uma pessoa que questionei muito que isso não poderia ficar só nesse conjunto do Asdrúbal do Nascimento, que teria que ser para os outros empreendimentos com COHAB, SEHAB, Caixa Econômica e assim por diante. Até porque essa questão "o prédio que ocupei é meu" digo para os senhores que o Fórum de Cortiços tem prédios indicados há vinte anos e teriam que ser da entidade. Por isso que tem que ter critério público estabelecido. Quem não estiver nos critérios está fora. Só quero concluir o que o Fernando disse. O pessoal ocupou nossos prédios, são duzentos e cinquenta e dois apartamentos, no dia 17 de fevereiro. Eu e o Conselheiro Fernando andamos lá. No dia 17 de abril, nós, da associação, fizemos a reintegração de posse. Os senhores não têm noção do que sobrou dos prédios. Somente a carcaça dos prédios. Janela, porta, pia, tudo destruído! O que não conseguiram destruir, puseram fogo! Então, isso não é um movimento de luta por moradia. Isso é um movimento criminoso! E esse Rafael da Silva, o comandante nos disse que ele já tem várias e várias ocupações na Zona Leste. Estamos com o nosso Jabuticabeira lá, para daqui a quatro meses entregar. É muita tristeza! Sr. Edson - Essas três, quatro falas que tivemos por último são determinantes no rumo que este Conselho vai ter que adotar definitivamente. O Conselho Municipal de Habitação, evidentemente, por mais legítima que seja a reivindicação e a luta de cada um de nós, de cada um dos senhores, pelo seu empreendimento, mas, se ele continuar debruçado em cima de resolver a questão particular, ele não vai exatamente enfrentar o grande problema do déficit habitacional da cidade. Por isso que o que o Conselho tem que fazer para inclusive ser um Conselho com força é discutir questões que são estratégicas, questão de política. Quando entrei há três meses na COHAB recebi uma série de entidades, e pegamos todas aquelas entidades que estavam reivindicando, já participaram de chamamento, estão na lista do FDS, enfim, em alguma lista, e não foram atendidas. E quem foi atendida é quem correu por fora e que nem tem assento aqui, no Conselho Municipal de Habitação! O palco onde a política habitacional tem que ser definida com critérios, que é este Conselho, precisa começar a acontecer. Ou passamos a discutir as políticas de habitação na cidade, como vão ser fomentadas, como vão ser financiadas, os critérios que vamos atender a população como um todo, os movimentos efetivamente envolvidos na luta de moradia, ou vamos ficar nessa catarse nossa aqui, legitimamente o senhor lutando pelo seu, a Conselheira Verônica lutando pelo dela, o Conselheiro Manoel pelo dele, a Conselheira Carmen pelo dela, e vamos lá e vamos tocar a vida. Precisamos definir políticas, critérios, porque dessa maneira tudo que não passar, evidentemente, dentro disso e dentro de definição, neste, que é o principal Conselho de Habitação da Cidade, não pode ter financiamento público! Precisamos definir políticas, os critérios de financiamento, de atendimento, para que não aconteçam essas coisas que os senhores estão dizendo aqui. Sr. Gilmar - É importante todos aqui atentarem para a importância e para a legitimidade deste Conselho. Essa discussão é importante. Esse assunto fará parte da pauta da próxima reunião. É importante para cada um realmente saber de que forma pode usar a legitimidade que foi dada aos senhores até porque os senhores e as senhoras estão aqui justamente para fomentar a política pública. Ouvi por esses dias que a SEHAB está de portas fechadas para alguns movimentos, para ouvi-los. Isso é uma mentira! Isso é uma mentira porque eu mesmo, como Secretário Adjunto, o Secretário Fernando Chucre, o Presidente da COHAB, Edson Aparecido, o Chefe de Gabinete, o Alex Peixe, nós temos atendido os movimentos aqui cotidianamente. É só entrarem no Facebook, verem nossas publicações, a maneira como temos atendido os movimentos. Realmente muitas vezes nos sentimos entristecidos por algumas coisas que aconteceram. Agora cabe a nós olharmos para a frente e usarmos a legitimidade que foi dada por lei aos senhores e às senhoras. Deixo aqui o telefone do nosso gabinete é: 3322.4661. E podem mandar no meu e-mail as suas reivindicações, a pauta para a reunião, que vamos atendê-los a hora que precisarem. Muitas coisas acontecem na Cidade de São Paulo que os senhores nem precisam dizer quem são. E não podemos aceitar, Presidente Edson, muitas pessoas e muitos movimentos, temos percebido que têm sido massa de manobra, honestamente. Chega de ser usado por pessoas mal intencionadas. Não têm que ser coniventes. Os senhores têm legitimidade e têm voz no Conselho. Se não têm voz, peçam para alguém ter voz pelos senhores. Os senhores nos têm aqui como secretário, como chefe de gabinete, como COHAB, como SEHAB. Meu e-mail é: gsouzasantos@prefeitura.sp.gov.br. Se alguma coisa não quiserem de fato publicar, quiserem o anonimato, vamos respeitar o anonimato e vamos saber usar as esferas de fiscalização, de controle, para coibir certas coisas. Porque a luta é essa e nós, como Poder Público, não somos inimigos dos senhores. Alguns movimentos muitas vezes sentam conosco pensando que estamos do outro lado. Estamos do mesmo lado! Para fomentar moradia, para trabalhar política pública. Quando fomos chamados aqui, toda a equipe, toda a assessoria que aqui está, fomos chamados para um objetivo, para uma conquista, e a conquista é sairmos e deixarmos nosso legado. Não é deixar uma marca negativa da maneira como administramos. Vejam-nos como parceiros, como realmente colaboradores, como servidores, e servir é isso: é fazer o melhor além do que fomos colocados aqui para fazer. Temos que unir forças. Passamos à segunda parte do Item 3 da pauta, referente ao papel dos Conselheiros do CMH em outros Conselhos pertinentes à Política Municipal de Habitação. Aqui temos os nomes dos titulares e suplentes em alguns conselhos que são importantíssimos para a política habitacional da Cidade de São Paulo. Conselheiros (as): Mariza Dutra Alves, Nestor de Oliveira, José de Jesus Ferreira, Paula Paschoal Raulino, Juliana Avanci, Antônio Quintana, Antônia L. do Nascimento, Marisete de Souza, Edenilda Carneiro de Sousa, Luciana de Oliveira Royer, Alex Alves Lourenço e Ivanilda Rodrigues de Sousa. É justamente para trazer à baila a necessidade desses conselheiros para tratar a política pública da Cidade de São Paulo como sendo de todos, como sendo nossa. (Encerra-se a reunião).

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

CONTABILIDADE

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 6º andar, de 2 ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionadas

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
LAB ANATOMIA PAT CITOLOGIA LABPAC S/S LTDA	2012-0.140.040-2 – Pregão 085/2012	1625

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2017-1-119

COORDENADORIA REGIONAL DE SAUDE CENTRO OESTE

ENDERECO: RUA CATAO, 611 - 1 ANDAR

2017-0.079.508-9 COORDENADORIA REGIONAL DE SAUDE CENTRO-OESTE

APENAÇÃO:AP.84.027.0236/2017 84.27-COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE APENADO:00.331.788/0023-24 AIR LIQUIDE BRASIL LTDA EMPENHO:8.511/2017 TIPO:MULTA MULTA:R$1.036,56 2017-0.079.508-9 - DESCUMPRIMENTO AOS ITENS 2.09, 2.29 E 2.30 DA CLÁUSULA SEGUNDA E O DESCRITO NO FLUXO DE ATENDIMENTO REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 01/04/2017 A 30/04/2017.

2017-0.079.516-0 COORDENADORIA REGIONAL DE SAUDE CENTRO-OESTE

APENAÇÃO:AP.84.027.0237/2017 84.27-COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE APENADO:00.331.788/0023-24 AIR LIQUIDE BRASIL LTDA EMPENHO:8.511/2017 TIPO:MULTA MULTA:R$740,40 2017-0.079.516-0 - DESCUMPRIMENTO AOS ITENS 2.9 E 2.30 DA CLÁUSULA SEGUNDA E DO ANEXO I DO TC Nº 004/SMS/CRSCO/2012, REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 01/04/2017 A 30/04/2017.

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE

SUBGERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE MEDICAMENTOS

COMUNICADO SG MED Nº. 41/2017

A Coordenadora de Vigilância em Saúde do Município de São Paulo - COVISA/SMS, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Código Sanitário Municipal, Lei 13.725/2004, comunica :

DEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO DE LIVRO ESPECÍFICO PARA ANTIMICROBIANOS.

TID: 16662050
Empresa: Drogaria Nova Gasometro LTDA
CNPJ: 11.838.302/0001-50
Endereço: R. do Gasometro, 470
Responsável Técnico: Andréa de Almeida Martins - CRF 31503
Programa: KSGMC 1.9
TID: 16618213
Empresa: Drogaria Inovapharma LTDA ME
CNPJ: 27.228.397/0001-20
Endereço: R. Agamenon Magalhães, 523
Responsável Técnico: Josevania Araujo de Santana - CRF 75971
Programa: Autofarma 3000 2.0

DEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO DE LIVRO ESPECÍFICO PARA ANTIMICROBIANOS E DEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO DE LIVROS, MAPAS E BALANÇOS PARA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS INDUSTRIALIZADOS DA PORTARIA SVS/MS 344/98.

TID: 16617947
Empresa: Drogaria Santa Cruz da Estação LTDA ME
CNPJ: 06.272.913/0001-43
Endereço: Largo da Igreja, 20
Responsável Técnico: Antonio Ervazio Fernandes - CRF 45925
Programa: Autofarma 3000 2.0
TID: 16654515
Empresa: Drogaria Sandy LTDA ME
CNPJ: 02.493.890/0001-46
Endereço: R. Deocleciano de Oliveira Filho,112
Responsável Técnico: Dioclécio da Silva Filho - CRF 38688
Programa: SNGPC Online - Pharma Connection 5.5
TID: 16657059
Empresa: Drogaria e Perfumaria Nova São Pedro EIRELI ME
CNPJ: 17.547.461/0001-81
Endereço: R. Moises Marx, 912
Responsável Técnico: Vitor Hugo Chianesi - CRF 55699
Programa: MFGPC 2.0
TID: 16641309
Empresa: Drogaria Rebouças LTDA ME
CNPJ: 22.280.482/0001-13
Endereço: R. Cinco Irmãos, 588
Responsável Técnico: Sandra Gomes Silva - CRF 55813
Programa: SNGPC Online - Pharma Connection 5.5
TID: 16584536
Empresa: Drogaria São Paulo S/A
CNPJ: 61.412.110/0869-55
Endereço: Al. Lorena, 807
Responsável Técnico: Kelly Cristina Ornelas Moretti - CRF 30557
Programa: SEMC PROWEB 1089-1408-1.11.10-03
TID: 16494022
Empresa: Empreendimentos Pague Menos S/A
CNPJ: 06.626.253/1036-35
Endereço: Av. Nova Cantareira, 296
Responsável Técnico: Ellen Carolina Campos - CRF 43218
Programa: SIAP 344 7.0
TID: 16604707
Empresa: Raia Drogasil S/A
CNPJ: 61.585.865/1563-21
Endereço: Av. Washington Luiz, S/N, LJ N VA 1027 AND 1 AER DE Cong
Responsável Técnico: Agnes Brigida Oblitas Prado - CRF 68578
Programa: Alternate 2.6
TID: 16561641
Empresa: Drogaria Capuli LTDA
CNPJ: 25.079.016/0001-62
Endereço: Av.Nazaré, 1302
Responsável Técnico: Natalia Brito Reis - CRF 67151
Programa: Procfit Busines Suit 8.002
TID: 16313532
Empresa: Raia Drogasil S/A
CNPJ: 61.585.865/0683-84
Endereço: Av. Min. Laudo Ferreira de Camargo, 293, anexo 301 e 303
Responsável Técnico: Renata Rodrigues Dias - CRF 79031
Programa: Alternate 2.6
TID: 16518668
Empresa: EWS Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos LTDA
CNPJ: 12.457.668/0048-05
Endereço: Av. Dos Remédios, 680
Responsável Técnico: João Batista de Araujo Lima - CRF 67322
Programa: SEMC PROWEB 1080-1408-1.11.10-03
TID: 16195013
Empresa: Drogaria Pro Vita LTDA
CNPJ: 00.030.181/0008-75
Endereço: R. José Mascarenhas, 1229
Responsável Técnico: Sabrina Valderano de Oliveira - CRF 63127
Programa: Softpharma SNGPC 3.0
TID: 16310236
Empresa: Girotto & Coelho Drogaria EIRELI - EPP
CNPJ: 27.105.783/0001-24
Endereço: R. Doutor Luiz Ayreso, 2072
Responsável Técnico: Gisele de Castro Lima - CRF 37219
Programa: SEMC PROWEB SEMEC PROWEB
TID: 16387697
Empresa: Raia Drogasil S/A
CNPJ: 61.585.865/1634-50
Endereço: Av. Morumbi, 7920
Responsável Técnico: Mariana Rosa Cardoso - CRF 83605
Programa: Alternate 2.6
TID: 16295785
Empresa: Raia Drogasil S/A
CNPJ: 61.585.865/1641-89
Endereço: R. Alfredo Pujol, 620, 632, 638
Responsável Técnico: Paula Stella Mussael Yossimi - CRF 26699
Programa: Alternate 2.6
TID: 16306603
Empresa: Drogaria do Farmaceutico LTDA - ME
CNPJ: 27.338.711/0001-27
Endereço: R. Ministro Apolônio Salles, 834, Loja A
Responsável Técnico: Lincoln de Andrade - CRF 73982
Programa: MFGPC 2.0
TID: 16382299
Empresa: Drogaria São Paulo S/A
CNPJ: 61.412.110/0825-34
Endereço: R. Ribeirão Claro, 135
Responsável Técnico: Elma Gleice Sapucaia Silva - CRF 83238
Programa: SEMC PROWEB 1089-1408.1.11.10-03
TID: 16460912
Empresa: DRF Drogarias LTDA ME
CNPJ: 26.670.203/0001-89
Endereço: Av. Agostinho Rubin, 491, It 1 qd 8
Responsável Técnico: Reginaldo da Silva Santos - CRF 86062
Programa: A7Pharma 1.39.17.0
TID: 15860940
Empresa: Drogaria e Cosméticos Bem Estar LTDA EPP
CNPJ: 25.070.868/0001-99
Endereço: R. João da Cruz e Souza, 86
Responsável Técnico: Kenya Batista Pimentel Ferreira - CRF 67739
Programa: Sysfar 14.0
TID: 16619314
Empresa: Drogaria Nova DM LTDA
CNPJ: 05.241.596/0022-60
Endereço: R. Demas Zitto, 110, 112-114
Responsável Técnico: Jane Cristina Batista da Silva - CRF 56161
Programa: SEMC PROWEB 1089-1408-1.11.10-03
TID: 16645836
Empresa: FVM Drogaria LTDA - ME
CNPJ: 23.970.012/0001-44
Endereço: Av. das Palmeiras - cond. Vargem Grande, 60, casa 02
Responsável Técnico: Fabiana Carlos Pinto - CRF 78443
Programa: DataClass SNGPC 4.0

DEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO DE LIVROS, MAPAS E BALANÇOS PARA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS INDUSTRIALIZADOS DA PORTARIA SVS/MS 344/98.

TID: 16544823
Empresa: Cia Latino Americana de Medicamentos
CNPJ: 84.683.481/0500-00
Endereço: R. Padre José de Anchieta, 695
Responsável Técnico: Susan Keity Breda - CRF 86244
Programa: Produtos Controlados CLAMED 1.0

DEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO DE LIVRO ESPECÍFICO PARA ANTIMICROBIANOS, DEFERIMENTO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 1 de julho de 2017 às 02:28:29.